

Quantas polícias civis existem por Estado?

* Maria Aparecida Soares

O que se tem apresentado como o mais novo modelo de polícia moderna é aquilo que cientistas políticos, pesquisadores, sociólogos, além dos próprios servidores de segurança pública conceituam de *pactuação social*. Assim, o engajamento de diversos atores sociais, com a participação ativa da sociedade civil composta por pais, jovens, educadores, empresários e o Estado, representado pelas forças policiais, está atuando de forma integrada na busca do controle e da redução da violência que aflige a nossa sociedade contemporânea.

Não existe, evidentemente, demagogia nessas relações, afinal os mecanismos de participação social existem e têm dado sua contribuição tanto na parte consultiva quanto na deliberativa e também nas ações que objetivam o novo paradigma da segurança pública. Tivemos, como maior exemplo, o evento que é considerado um marco na história da segurança do nosso país: a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), responsável por abrir espaço a diversos segmentos da sociedade e por receber as diferentes opiniões e propostas, divididas em eixos que evidenciam a importância do papel de cada um nessa luta, ouvindo e valorizando a participação no estabelecimento dos princípios e diretrizes fundamentais para a reorganização das políticas públicas de segurança nacional.

Entretanto, paradoxalmente ao que se tem evidenciado como fato contributivo na consolidação do Estado Democrático de Direito, os órgãos de segurança, mais precisamente, os indivíduos que os compõe, demonstram fragmentação, individualidade e até rivalidades quanto aos conflitos internos na busca da valorização de cada categoria. As reivindicações das polícias civis são, na maioria das vezes, separadas. O que os meios de comunicação demonstram, freqüentemente, é que delegados e agentes, por exemplo,

possuem aspirações de melhorias em suas carreiras, como se fossem categorias completamente separadas. Delegados têm suas próprias associações (não que isso venha a ser motivo de dicordância) e costumam se abster de participar de reivindicações dos agentes. Essa postura demonstra que se esquecem que também são policiais civis e que fazem parte de um quadro de diversos cargos, dentro da mesma Instituição.

Como podemos buscar o resgate, a confiança e o apoio da sociedade, nesse cenário de evidente desunião? Como apresentar a importância e o valor da prestação do serviço da Polícia Civil, se a desordem já vem de dentro da corporação? Será que existe uma polícia civil dos delegados e uma polícia civil dos agentes?

O distanciamento entre as classes, a falta de integração, de consciência, de tais profissionais é o que permite e que fomenta a desconfiança e a precariedade na valorização e no reconhecimento do cidadão e da sociedade pelo trabalho policial.

* Maria Aparecida Soares é agente da Polícia Civil de Pernambuco, especialista em políticas públicas de segurança, diplomada em Prevención del Delito a Nivel Local pela Universidade do Chile e moderadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.